

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E ARTES
LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS

JOYCE RAMOS PEREIRA

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE NA PERSPECTIVA
DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO/ACRE

RIO BRANCO
2019

JOYCE RAMOS PEREIRA

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE NA PERSPECTIVA
DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO/ACRE

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal do Acre como requisito
parcial para obtenção do título de licenciado em
Letras-Libras

Orientadora: Professora Dra. Ademácia Lopes de
Oliveira Costa

RIO BRANCO

2019

RESUMO

A formação continuada na perspectiva da educação inclusiva é um processo que auxilia no aperfeiçoamento do conhecimento do professor potencializando sua visão pedagógica e efetivando uma ação inclusiva dos alunos com ou sem deficiência. Esta pesquisa visa obter informações sobre como está organizada a formação continuada dos professores na perspectiva da Educação Inclusiva no Município de Rio Branco/Acre. Temos o objetivo geral de analisar as políticas, os programas e as ações de formação continuada docente na perspectiva inclusiva implementadas pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco/Acre. E como objetivo específico: Identificar quais são os cursos de formação continuada docente inclusivos que estão sendo ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco/Acre, bem como as políticas públicas e os programas que fomentam essa formação; analisar os pressupostos teórico-metodológicos dessa formação continuada na perspectiva inclusiva, caracterizando-os de acordo com a nomenclatura, a organização, a finalidade e os objetivos. Para a metodologia, adotamos um estudo qualitativo de caráter exploratório descritivo, de natureza aplicada, com a utilização de pesquisas bibliográfica e documental. Nosso trabalho está embasado nos principais autores: Lima (2006); Mazzotta (2011); Mendes (2010); Sanches (2005); Mantoan (2011); Carvalho (2004); Costa (2010); Pletsch (2009); Campello; Rezende (2014); Bridi (2002); Imbernòn (2010). No resultado da nossa pesquisa identificamos os cursos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação, bem como, as políticas e os programas de formação de professores; expomos os objetivos dos cursos ofertados, assim como, a logística, os pressupostos teórico-metodológicos e a finalidade da formação continuada na perspectiva da Educação Inclusiva. Foi observado que os cursos de formação continuada no município de Rio Branco/Acre aperfeiçoam o conhecimento docente, aprofundando os estudos teóricos que resultarão na aplicabilidade de sua técnica para ensinar. No entanto, os cursos de formação continuada precisam ser acessíveis a todos os docentes da rede de ensino, sendo preciso repensar quais são os objetivos e finalidade desses cursos para os docentes.

Palavras-Chave: Docente. Formação. Educação. Inclusão.

RESUMEN

La educación continua desde la perspectiva de la educación inclusiva es un proceso que ayuda a mejorar el conocimiento del maestro, mejorar su visión pedagógica y llevar a cabo una acción inclusiva de los estudiantes con o sin discapacidad. Esta investigación tiene como objetivo obtener información sobre cómo se organiza la educación continua de los docentes desde la perspectiva de la Educación Inclusiva en Rio Branco / Acre. Tenemos el objetivo general de analizar las políticas, programas y acciones de formación continua de docentes en la perspectiva inclusiva implementada por la Secretaría Municipal de Educación de Rio Branco / Acre. Y como objetivo específico: identificar cuáles son los cursos de educación continua para maestros inclusivos que ofrece la Secretaría Municipal de Educación de Rio Branco / Acre, así como las políticas y programas públicos que promueven esta formación; Analizar los supuestos teórico-metodológicos de esta educación continua en la perspectiva inclusiva, caracterizándolos según la nomenclatura, organización, finalidad y objetivos. Para la metodología, adoptamos un estudio exploratorio descriptivo cualitativo de naturaleza aplicada, utilizando investigación bibliográfica y documental. Nuestro trabajo se basa en los principales autores: Lima (2006); Mazzotta (2011); Mendes (2010); Sanches (2005); Mantoan (2011); Carvalho (2004); Costa (2010); Pletsch (2009); Campello Rezende (2014); Bridi (2002); Imbernòn (2010). Como resultado de nuestra investigación, identificamos los cursos ofrecidos por el Departamento Municipal de Educación, así como las políticas y programas de capacitación docente; Exponemos los objetivos de los cursos ofrecidos, así como la logística, los supuestos teórico-metodológicos y el propósito de la educación continua desde la perspectiva de la Educación Inclusiva. Se observó que los cursos de educación continua en Rio Branco / Acre mejoran el conocimiento de la enseñanza, profundizando los estudios teóricos que resultarán en la aplicabilidad de su técnica de enseñanza. Sin embargo, los cursos de educación continua deben ser accesibles para todos los maestros en el sistema educativo, y es necesario repensar los objetivos y el propósito de estos cursos para los maestros.

Palabras clave: Profesor. Formación. Educación. Inclusión.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	EDUCAÇÃO ESPECIAL E FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	9
2.1	EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO	9
2.2	EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS	14
2.3	FORMAÇÃO CONTINUADA: UMA PERSPECTIVA DO SER DOCENTE PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL	19
3	METODOLOGIA	25
4	ANALISANDO AS POLÍTICAS DA FORMAÇÃO CONTINUADA	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva visa a inclusão de todas as pessoas no âmbito escolar e demais espaços contribuindo para o respeito de suas características social ou cognitiva, corroborando para que o sujeito compreenda o mundo que o cerca.

A Educação Inclusiva requer mudanças e quebras de paradigmas que exigem transformação das políticas educacionais proporcionando um ambiente escolar saudável e acolhedor para todos (MANTOAN, 2011).

Na Educação Inclusiva, há um público atendido pela Educação Especial, que é compreendida como uma modalidade de atendimento educacional que contribui muito com o desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, pois visa o acesso à educação de qualidade (BUENO, 2016).

Nesse sentido, a Educação Especial tem um papel fundamental de construção da identidade do indivíduo promovendo a acessibilidade do sujeito na sociedade, fazendo com que se sinta de fato pertencente ao um grupo social, além, de apoiar toda a comunidade escolar e familiares dos alunos com deficiência. A Educação Especial desenvolve e potencializa trabalhos para atender às necessidades do seu público alvo, auxiliando no processo de inclusão social dos alunos de forma isonômica (LIMA, 2006).

Para atender ao público da Educação Especial é preciso pensar na formação continuada na perspectiva da Educação Inclusiva como um instrumento que auxilia no aperfeiçoamento do conhecimento do professor potencializando sua visão democrática e efetivando uma ação inclusiva dos alunos com deficiência. Na perspectiva da Educação Inclusiva, é indispensável que o docente busque aperfeiçoamento, capacitação e formação continuada, e que tal formação seja oferecida aos professores, a fim de que eles façam a mediação de uma educação baseada em um conceito de diversidade oferecendo aos alunos com deficiência uma qualidade no ensino-aprendizagem respeitando as diferenças e particularidades de cada indivíduo (PLETSCH, 2009).

A formação docente é um ponto de discussão crescente envolvendo os docentes no Brasil, principalmente no que diz respeito a Formação Continuada do professor e à valorização profissional.

Assim, a formação continuada é um recurso que auxilia o docente em sua vida profissional. O professor atuante na área da Educação Especial poderá

promover ao aluno com deficiência a autonomia na qual o indivíduo possa ser protagonista do meio social que está inserido, a partir do respeito de suas particularidades linguísticas, cognitiva e físicas no processo de aprendizagem escolar.

Esta pesquisa visa obter informações sobre como está organizada a formação continuada dos professores na perspectiva da Educação Inclusiva no Município de Rio Branco. Neste sentido, o problema da nossa pesquisa foi: quais são as políticas, as ações e os programas de formação continuada na perspectiva inclusiva implementadas pela Secretaria Municipal de educação de Rio Branco/Acre?

A partir dessa problemática outras questões de estudo se desenharam, quais sejam: a) quais são os cursos de formação continuada docente inclusivos que estão sendo ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco/Acre? b) quais são os pressupostos teórico-metodológicos dessa formação continuada na perspectiva inclusiva? Para responder essas questões, traçamos os seguintes objetivos; geral: analisar as políticas, os programas e as ações de formação continuada docente na perspectiva inclusiva implementadas pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco/Acre. E específicos: a) identificar quais são os cursos de formação continuada docente inclusivos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco/Acre, bem como as políticas públicas e os programas que fomentam essa formação; b) analisar os pressupostos teórico-metodológicos dessa formação continuada na perspectiva inclusiva, caracterizando-os de acordo com a nomenclatura, a organização, a finalidade e os objetivos.

O interesse desta pesquisa surgiu no decorrer do curso de Letras-Libras da Universidade Federal do Acre, ao fazer a disciplina de Didática na qual tive a oportunidade de estudar com alunos surdos da turma de 2017 e perceber que a formação do professor possibilitou compreender as especificidades de tais alunos, que resultou na adaptação da sua didática e de suas metodologias para que os alunos surdos pudessem acompanhar o conteúdo repassado para o restante da turma de modo a contemplar as suas especificidades linguística e cultural. Além disso, é uma temática que desenvolvi como bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica-PIBIC, sob a orientação da Professora Dra. Ademárcia Lopes de Oliveira Costa, o que fez com que o meu interesse aumentasse ao perceber que a

oferta desses cursos pode, de algum modo, modificar a prática docente contribuindo para a predominância de um ambiente escolar inclusivo.

Esta pesquisa tem uma contribuição pessoal, porque faz com que me sinta realizada pesquisando essa temática, causando-me reflexões do fazer docente e possibilitando ainda, ajudar no melhoramento do ensino e da comunicação com minhas irmãs surdas Diana e Maria Antônia. Além do que, tem uma contribuição acadêmica para os alunos dos cursos de licenciaturas que queiram pesquisar sobre o ser docente no sistema de ensino inclusivo. Possui também, uma contribuição social na medida em que este material for disponibilizado para a comunidade de modo geral. E ainda, uma contribuição profissional, pois me possibilitará estar habilitada para ser professora de Libras.

Utilizamos como referência bibliográfica para a fundamentação deste trabalho as legislações vigentes no Brasil; Constituição da República Federativa do Brasil (1988) que trata da garantia dos direitos fundamentais individuais e sociais dos cidadãos brasileiros; Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) que é a legislação que regulariza as diretrizes do sistema de educação nacional com base na Constituição do Brasil, de 1988.

Nos embasamos principalmente nos seguintes autores: Lima (2006) que aborda como a sociedade modificou a sua interação com as pessoas com deficiência e como ela foi exercida no decorrer da história; Mazzotta (2011), que faz o registro e traça toda evolução do atendimento educacional para as pessoas com deficiência; Mendes (2010), faz uma retomada histórica sobre a Educação Especial no Brasil; Sanches (2005) aborda o surgimento da Educação Inclusiva no Brasil dos meados dos anos 80 até o século XXI; Freitas (2011), trata da Educação Inclusiva como elo para a incorporação da cidadania; Mantoan (2011) discute sobre o paradigma da Educação Especial enquanto uma nova percepção; Carvalho (2004), expõe sobre os princípios norteadores dos instrumentos legais do sistema educacional inclusivo; Albuquerque; Machado (2009) fazem um recorte sobre como os professores compreendem as representações sociais da inclusão; Costa (2010), que considera a formação continuada como um processo contínuo da carreira docente; Pletsch (2009), faz um levantamento de alguns aspectos da formação de professores no Brasil, voltada para a inclusão de pessoas com deficiência atendida no ensino regular.

Este texto dissertativo está organizado em cinco partes: na introdução encontram-se descritos os objetivos da nossa pesquisa, as justificativas que nos guiaram na construção deste trabalho, bem como, os autores que nos embasaram teoricamente; no capítulo dois abordamos a fundamentação teórica sobre Educação Especial, Educação Inclusiva e Formação Continuada; no subtítulo sobre Educação Especial No Brasil, História e Desenvolvimento, fazemos uma retomada histórica descrevendo o surgimento da Educação Especial e seu acontecimento no Brasil; na Educação Inclusiva: Direito De Educação Para Todos, tratamos da Educação Inclusiva, relatando quais são as fundamentações desenvolvidas sobre a sua prática e, por fim, expomos no subtítulo sobre a Formação Continuada: Uma Perspectiva Do ser docente para Educação Especial, falamos da docência enquanto formato desejável para atuação do professor-formador na Educação Especial, como consequência, um ensino inclusivo.

Logo em seguida, no capítulo três, discorremos as metodologias da pesquisa que embasam o nosso trabalho.

Na quarta parte referente ao capítulo quatro, explicitamos os resultados da pesquisa sobre o nosso tema.

Por fim, no capítulo cinco, explanamos a conclusão da nossa pesquisa.

A seguir apresentamos nosso estudo sobre “A Importância da Formação Continuada Docente na Perspectiva de Educação Inclusiva no Município de Rio Branco”.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Este capítulo tem o objetivo de apresentar os conceitos de Educação Especial, Educação Inclusiva e Formação Continuada, para tanto, usamos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007) e a Legislação Educacional vigente no Brasil; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996).

Em uma perspectiva da Educação Inclusiva, a Formação Continuada deve vislumbrar um trabalho educativo que contemple todos os alunos e suas condições de aprendizagem.

Nesse sentido, o professor que trabalha com o público alvo da Educação Especial deve possibilitar aprendizagem de cada aluno, de acordo com a sua especificidade fazendo uso de metodologias e didáticas de ensino que possibilitem ao aluno a aquisição de conhecimento.

2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que foi implementada com o objetivo de atender às pessoas com deficiência. O atendimento na Educação Especial deve executar projetos e atividades que permitam o crescimento amplo dos indivíduos com deficiência, reforçando o seu direito, corroborando com os valores e princípios que conferem uma educação pautada na valorização da igualdade de todas as pessoas, respeitando suas características e particularidades (LIMA, 2006).

Na antiguidade, as tentativas de corrigir as deficiências eram motivadas principalmente por um ideal de perfeição, pois era comum que a pessoa com deficiência claramente fora desses padrões, fossem mortas (PESSOTTI, 1984). Esse ideal de perfeição estava ligado diretamente com a religião de acordo com Mazzotta (2011, p. 16), pois ela possuía:

[...] força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo a perfeição física e mental. E não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiências (ou imperfeição) eram postos à margem da condição humana.

Com isso, as pessoas com deficiência, durante muitas décadas, permaneceram escondidas nas profundezas da sociedade, ou seja, inexistente. Com a evolução do conhecimento humano, as pessoas com deficiência começaram a ser “notadas”, porém, não eram bem-vindos, aceitos ou reconhecidas como parte do corpo social.

No século XVIII, a Educação Especial foi uma conquista dos movimentos populares, que refletiu em mudanças de atitudes na participação dos grupos social, moldados pelos preceitos da Revolução Francesa que tinha na liberdade, igualdade e fraternidade os alicerces necessários para assegurar os Direitos Humanos. Buscava-se, então, o direito de uma escola para todas, para concretizar transformações educacionais (LIMA, 2006; MAZZOTTA, 2011). A Educação Especial surgiu como parte desta proposta e denunciou a discriminação e a exclusão social.

A Educação Especial, como modalidade de ensino, tem em vista o atendimento educacional especializado que contribui para o desenvolvimento escolar do aluno com deficiência. Segundo Mendes (2010), a Educação Especial é um processo que causa impacto e esclarece que:

[...] o surgimento da educação especial está vinculado ao discurso social posto em circulação na modernidade para dar conta das crianças que não se adaptavam aos contornos da escola. Foi a partir deste lugar de “criança não escolarizável” que as deficiências foram organizadas em um amplo espectro de diagnósticos, recortadas e classificadas com o apoio do saber médico (p.19-20).

Dessa forma a trajetória da Educação Especial no Brasil inicia-se com a vertente médico-pedagógica, a partir daí, de forma gradual, começa-se a aceitação social das pessoas com deficiência entre os meados do século XIX e no início do século XX (MENDES, 2010). A autora explica que durante o período do império, não houve interesses de ações educacionais para o ensino da população de um modo geral, tampouco para atender às pessoas com deficiência.

No final do século XIX tem-se os primeiros registros de ações educativas no Brasil voltadas principalmente para o atendimento médico das pessoas com deficiência; a criação do “Instituto dos Meninos Cegos”, em 1854, e, “O Instituto dos Surdos-Mudos”, em 1857, possibilitou o acesso das pessoas com deficiência visual e auditiva ao ensino; o “Hospital Juliano Moreira”, em 1874, foi criado para atender as pessoas com deficiência intelectual e a “Escola México”, criado em 1887, com

objetivo de atender as pessoas com deficiências física e intelectual (MENDES, 2010).

A partir de 1957 são introduzidas campanhas direcionadas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais; Campanha para a Educação dos Surdos Brasileiros, em 1957; Campanha nacional de reabilitação de deficientes da Visão em 1958; Campanha Nacional de Educação de Cegos em 1960; Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais no ano de 1968; em 1973 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial-CENESP (MAZZOTA, 2011).

Na Segunda República (1945-1964), segundo Mendes (2010), o governo de Getúlio Vargas fez elaboração do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 4.024 de 1961. Nesta Lei, os artigos 88 e 89 trouxeram o termo “educação dos excepcionais”, afirmando que essas pessoas deveriam ser integradas à sociedade. Todavia, como não se sabia quem eram esses “excepcionais”, houve especulações para diversas interpretações sobre essa definição, e somente com a promulgação da Lei n. 5.692, de 1971, em seu art. 9º, é que se definiu os alunos da Educação Especial; criou-se assim, o 2º sistema de ensino do país e a Educação Especial passou a ser institucionalizada. Assim, “O atendimento aos excepcionais foi especialmente assumido, a nível nacional, pelo governo federal, com a criação de *Campanhas* especialmente voltadas para este fim” (MAZZOTTA, 2011, p. 52).

Em 1981 foi considerado o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência apoiada pela ONU, com isso, o Brasil teve vários planos votados para essa temática, como: Plano de Ação da Comissão Internacional da Pessoa com Deficiência (1981); Plano para Ação Conjunta para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1985). Sanches (2005) relata que surge nos Estados Unidos o REI – Regular Education Initiative (1986) que requisitava melhorias no ensino especial em substituição da educação compensatório (que assumiu um papel remediador das desigualdades sociais, uma vez que tentavam impulsionar o sucesso educativo das crianças e jovens socialmente desprovidos), assim como, a entrada e permanência das minorias nas escolas em salas comuns, inclusive, as pessoas com necessidades especiais, unificada, com direito à escolarização de qualidade e em idade regular.

A Educação Especial no Brasil, durante os anos de 1980 e 1990, também foi impulsionada pela articulação de pais e familiares de deficientes que exigiam o

acesso às políticas sociais por meio da inclusão, exigindo a sua efetivação em todos os espaços públicos que tinham por obrigação a sua implementação como parte de seus direitos, pautada em uma educação para todos e não aceitando o modelo de educação excludente (SANCHES, 2005). A comunidade das pessoas com deficiência promovera manifestações na busca de uma educação inclusiva que exigia uma reforma no ensino.

Em 1990, após o Brasil participar da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em *Jomtien* na Tailândia, coube ao nosso país assegurar a universalização e o direito de educação para todos, mas foi com a Declaração de Salamanca (1994) que tivemos grandes avanços na escolarização das pessoas com deficiência (BUENO, 2016). Portanto, verificou-se que a Declaração de Salamanca foi a forma mais aceita de democratização das oportunidades educacionais inclusivas.

Desse modo, a Educação Inclusiva defendida nos anos 1990, foi o marco para que esse modelo de educação começasse a ser entendida como princípio filosófico nas escolas, fato este consagrado em 1994 com a Declaração de Salamanca e em 1996 com a promulgação da LDB 9394/96 onde nos cap. 5, art. 58, 59 e 60 discorre que a educação das pessoas com deficiência aconteceria na escola regular (MENDES, 2010).

No Brasil por meio da Lei de Diretrizes e Base 9.394/96, ficou estabelecido que a educação de pessoas com deficiência, deveria ocorrer, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o direito ao atendimento educacional especializado (MENDES, 2010).

Ainda na LDB (BRASIL,1996) consta no Art. 58 que a modalidade de Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e quando necessário disponibilizar apoio de atendimento especializado para o atender as especificidades de sua clientela. Respondendo aos anseios dos alunos com deficiência no uso de seu direito de um atendimento educacional perto de sua residência. Já no Art. 59 relata que o sistema de ensino deve assegurar um atendimento específico com adaptação do currículo, métodos, técnicas e recursos educativos para atender as necessidades educacionais das pessoas com deficiência. Sendo assim, as adaptações de materiais e metodologias devem conciliar com a subjetividade do aluno, para que o desenvolvimento pleno do seu conhecimento ocorra. E, por fim, o Art. 60 trata dos critérios para fins de apoio

técnico de instituição de ensino privadas sem fins lucrativos na ampliação do atendimento dos educandos com deficiência. No entanto, em seu *parágrafo único* é bem explícito que o atendimento do público alvo da educação especial deve ocorrer preferencialmente na rede pública de ensino. Portanto, o suporte de instituições privadas sem fins lucrativos para o ensino dos alunos com deficiência é um recurso a mais de contribuição no atendimento educacional desse público, mas o atendimento educacional das pessoas com deficiência deve acontecer primeiramente em um ambiente de ensino público (BRASIL, 1996).

Sanches (2005) explica que estas propostas exigiam uma reforma no ensino especial e na educação geral, para que todos partilhassem do mesmo processo de inclusão, movimento esse, defendido por vários pensadores dos mais diversos países, que estavam insatisfeitos com os métodos utilizados no atendimento das pessoas com deficiência que eram submetidos a exames, ao final eram considerados como alunos com déficit de aprendizagem, sem questionar se os métodos de ensino eram adequados para a condição do aluno. Para atender a esse público é necessário quebrar paradigmas, com o objetivo de atender a todos, sem segregá-los. A autora afirma que a UNESCO emitiu um informe regulamentando os quatro pilares básicos a ser adotado pela sociedade e/ou educação: a) aprender a conhecer: o conhecer do mundo que nos cerca para sermos capazes de aprender sobre nós enquanto indivíduo e sociedade; b) aprender a fazer: o aprender a fazer está relacionado com a forma que o indivíduo contribui para o melhoramento da realidade que está envolto e o fazer, é contribuir com o desenvolvimento da sociedade; c) aprender a viver juntos: é uma relação de reconhecer-se nos seus pares, já que somos parte de um mesma raça de seres e aprender a viver junto é inerente a nossa sobrevivência, pois a vivência harmônica de uma raça depende do coletivo; d) aprender a ser: o indivíduo compreende o seu ser e compreende também que pertence a uma sociedade, compreendendo-se como sujeito pertencente de um mundo da qual ele também é responsável pela sua construção, manutenção e ordem.

A escola é um local de desenvolvimento do sujeito e deve atender a todos. Com isso é

preciso entender o papel da escola, é preciso garantir as adaptações necessárias para que o público alvo da Educação Especial obtenha aprendizagem. Entretanto, mesmo determinada pela legislação é preciso

que as famílias e comunidades trabalhem junto com a escola para receber o aluno, onde a escola deve ter capacidade física e profissionais qualificados em todos os âmbitos da escola (LIMA, 2006, p. 12).

Portanto, é necessário que a sociedade e a escola reflitam sobre a inclusão e que esta não seja considerada “benefício” às pessoas com deficiência. Para Lima (2006), um dos fatores que chamam a atenção é o mito de que esses alunos com deficiência tragam algum tipo de dificuldade para o grupo de alunos ao qual ele está inserido, os professores e pesquisadores da área afirmam que não há prejuízo na convivência entre eles, o processo ainda produz influências na sociedade, pois do mesmo modo que constrói uma relação e reconhecimento entre seus pares, também produz a inclusão.

A Educação Especial é uma realidade em vários países, inclusive no Brasil, possuindo como bandeira a defesa de uma educação de qualidade que contemple as especificidades dos alunos com deficiência, sem distinção, de maneira planejada, devendo a escola ser receptiva e capaz de ofertar um ensino de eficiência, observando as limitações e habilidades de cada educando (MENDES, 2006).

A partir de todos esses movimentos surge a Educação Inclusiva que será o nosso próximo ponto de discussão.

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

A Educação Inclusiva está ancorada em documentos mundiais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (ONU, 1948), documento que serve de referência para a liberdade do exercício da cidadania, marcando a história dos direitos básicos dos seres humanos; na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), documento resultante da “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade” realizada em Salamanca, na Espanha em 1994.

A Declaração de Salamanca (1994) versa sobre as principais práticas e políticas da Educação Especial com uma pedagogia voltada para a criança com dificuldade de aprendizagem, ou seja, uma educação inclusiva. Nesta Declaração, consta que toda criança tem direito a educação devendo atingir o nível de ensino adequado a sua idade e de qualidade independente de suas diferenças pessoais; cada criança tem características e capacidades próprias de aprendizagem; a escola

deve possuir uma estrutura física e de pessoal que atenda às especificidades dos alunos de modo satisfatório considerando a diversidade existente; os alunos com necessidades educacionais especiais devem ingressar no ensino regular e ter acesso a uma pedagogia que atenda às suas particularidades; as escolas devem promover a inclusão criando um ambiente acolhedor alcançando uma educação para todos, construindo assim uma sociedade inclusiva (UNESCO, 1994).

A Educação Inclusiva ancorada aos direitos humanos requer mudança na sua aplicabilidade, de conceitos e/ou formas de ensinar, sendo necessário que as comunidades escolares compreendam os valores inclusivos desenvolvendo metodologias educativas eficazes tanto para os alunos com deficiência, como para os demais e didáticas capazes de modificar a escola em um espaço para todos; a comunidade educativa ao acertar as suas formas de ensinar focada na diversidade dos alunos, promovendo um ganho para a educação de modo geral (SANCHES, 2005).

De acordo com Freitas (2011, p. 7041) “o verbo incluir, do latim *includere* significa conter, compreender, fazer parte, participar”. Nesse entendimento, a Educação Inclusiva visa a inclusão de todas as pessoas no âmbito escolar e demais espaços sociais contribuindo para o respeito de suas características cognitivas, emocionais, linguísticas, físicas, sociais ou outras, corroborando para que o sujeito compreenda o mundo que o cerca. Ainda de acordo com o autor, a Educação Inclusiva é uma conquista histórica, que trouxe progresso social e tais conquistas são asseguradas por meio das leis e decretos.

A escola tem o papel principal de aplicação da legislação vigente, devendo tratar a inclusão com primazia de seu eixo educacional, na qual devem-se estabelecer propostas de projetos pedagógicos que construam metodologias de ensino com foco no respeito às especificidades de cada aluno, visando a interação social, disseminando uma cultura de respeito aos seus pares. É dever da escola preocupar-se com o desenvolvimento educacional de sua clientela, pois, muitas crianças e adolescente buscam à aceitação de suas características físicas, sociais, linguísticas ou cognitivas no ambiente escolar (FREITAS, 2011).

Sendo assim, é necessária a reflexão sobre os aspectos dos diferentes níveis de aprendizagem, tendo em vistas que alguns alunos necessitarão de uma atenção educacional mais específica, ou seja, fazer a intermediação para o crescimento

pleno da personalidade dos indivíduos, fortalecendo o direito humano e as liberdades fundamentais (FREITAS, 2011).

Então, como efetivar na prática os direitos assegurados a todos e garantir uma educação de qualidade? (CARVALHO, 2004).

A trajetória do sistema educacional brasileiro inclusivo até o presente momento está permeada de entraves, e possui características excludentes, pois continua a primar por um ensino previamente selecionado e tendencioso em todos os níveis educacionais, com uma educação direcionada para um público homogêneo e com um ensino fundamentado no assistencialismo que descaracteriza os princípios inclusivos, o que acarreta na falta de acesso ao ensino adequado para as pessoas com deficiência (MANTOAN, 2011).

Vivemos uma cultura em uma escala global que tece uma padronização de pessoas tidas como “normais” no meio social e no meio educacional, onde possuímos a dificuldade da aceitação dos que não se encaixam nesse padrão, o que acaba causando em nós à rejeição de uma sociedade completamente plural e diversificada. Para Skliar (2003, *apud* FREITAS, 2011, p. 43), “Normalizar significa escolher arbitrariamente uma identidade, e fazer dela a única possível, a identidade considerada como verdadeira e adequada”.

Na contramão desse padrão pré-estabelecido, a Educação Inclusiva trata-se de igualar aprendizagem de todos, de/em acordo com as especificidades de cada aluno. A escola, através do sistema educacional de ensino, deve garantir um espaço de desenvolvimento educacional satisfatório a todos estabelecendo e efetivando sua ação inclusiva proporcionando um ambiente de aceitação. A escola deve solucionar as demandas existentes adaptando suas práticas educativas para oportunizar o desenvolvimento individual e coletivo visando melhoria da qualidade de vida desses alunos, resultando na inclusão e na prática da cidadania.

Mantoan (2011) ao trazer Joseph Janot, acende a discussão sobre essa temática, pois ele defende que é necessária uma igualdade sob a ótica da inteligência, na qual temos que compreender o humano como um ser cognitivo, que é dotado de conhecimentos diferenciados e que independe de suas condições físicas ou intelectuais.

É dever da escola inclusiva disseminar a cultura da aceitação da diversidade/pluralismo para que os seus alunos compreendam o meio social no qual estão inseridos, desenvolvendo uma independência de conhecimento para exercer

seu direito de cidadão (BUENO, 1999). “Trata-se então, de mergulhar na educação em toda a sua complexidade, em toda sua rica variedade, de conhecer o outro, desfazendo ideias preconcebidas e a discriminação impensada, e de ver a heterogeneidade como algo rico e valioso” (FREITAS, 2011, p. 43).

Sanches (2005) faz um detalhamento sobre as condições ideais de ensino e a permanência dos alunos com deficiência nas salas de ensino regular, relatando que deve ser desenvolvido o cognitivo dos alunos de acordo com as suas especificidades, habilidades e tempo de aprendizagem, não sendo permitido mais que as salas de aulas sejam um espaço de passatempo para os alunos com deficiência ou alunos com algum tipo de dificuldade de aprendizagem, seja por incapacidade do professor ter uma visão voltada para inclusão cognitiva e não física ou por dificuldade de romper-se as concepções sobre as diferenças, haja vista que o assunto sobre a inclusão se arrasta há anos, e a reprodução dos saberes já não são mais eficientes para as modernidades do século XXI.

Portanto, a Educação Inclusiva requer mudanças e quebras de paradigmas que exigem transformação das políticas educacionais proporcionando um ambiente escolar democrático, saudável e acolhedor (SANCHES, 2005; MENDES, 2010).

É preciso que a inclusão seja interpretada de forma correta, sendo compreendida como uma educação para todos os alunos da rede de ensino. É recomendada a adoção de diretrizes que devem conduzir e atender os princípios educacionais inclusivos, como o direito à educação; o direito a igualdade considerando a individualidade com um ensino de qualidade que oportunize uma aprendizagem que possibilite o ingresso e o usufruto de suas expectativas na sociedade (CARVALHO, 2004).

De acordo com Pires (2006), a inclusão é compreendida como uma ação que envolve a todos, feita por todos, compactuando-se de uma ética de valorização do outro.

Os caminhos a serem trilhados são cheios de obstáculos, sendo um deles, falta de mudança de atitude frente à inclusão, por continuar-se reproduzindo um ensino que não contempla as diferenças e sim, segue com seu método homogeneizador, meritocrático e elitista, não valorizando a diversidade de seu público, além da ausência dos poderes constituídos que têm por obrigação fazer o enfrentamento das ações discriminatórias e excludentes, fazendo valer o dispositivo

legal da Carta Magna, garantidora do *Atendimento Educacional Especializado* desde 1988 (SANCHES, 2005).

A autora é categórica ao afirmar que a prática adotada por aqueles que deveriam ter um agir inclusivo, têm atitudes contrárias à inclusão, recusando-se em aceitar-se as diferenças, predominando uma escola elitista.

É preciso aprender a fazer inclusão e, nesse sentido Mendes explica ainda que:

só o acesso não é suficiente, e traduzir a filosofia de inclusão das leis, dos planos e das intenções para a realidade dos sistemas e das escolas requer conhecimento e prática. É preciso, portanto, questionar: Qual a prática necessária? E o conhecimento necessário para fundamentar a prática? (2006, p. 402).

Sendo assim, é por meio da Educação Inclusiva que é anunciado um mundo diversificado e amplo para todos dentro dos diversos segmentos da sociedade, onde todas as pessoas podem contribuir para o desenvolvimento social de acordo com sua capacidade, bastando-lhe uma oportunidade de ensino que respeite as suas características provocando uma mobilidade intelectual; um ensino que centre no processo de aprendizagem do aluno e suas particulares de aprender. Dessa forma, a escola inclusiva deve proporcionar adequações para atender de modo satisfatório todos os alunos, sendo um de seus eixos: a diversidade, proporcionando dentro do ambiente escolar uma educação de forma igualitária.

É por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96) que regulamenta o sistema educacional público e/ou privado do Brasil que deve ser garantindo o direito de acesso e permanência na sala de aula de todos os alunos, bem como ensino seja de qualidade em todos os níveis educacionais. A LDB 9394/96 reforça o artigo 205, da Constituição da República Federativa do Brasil, que garante à educação como “direito de todos e dever do Estado e da família” (1988, p.123).

A LDB 9.394/96, em seu Art. 1º, trata dos processos formativos da educação no tocante “vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, p. 8), no qual, a educação deve ser direcionada para o mundo do trabalho e para as práticas em sociedade.

Em seu Art. 4º, a LDB 9394/96 deixa explícito que a educação deve ser oferecida pelo estado de forma gratuita em escolas públicas e deve-se garantir um “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996, p. 9).

É descrito no Art.5º da LDB 9.394/96 que o ingresso no ensino básico de educação é obrigatório e que se constitui como um direito essencial de caráter público e subjetivo, em que “qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída” (BRASIL, 1996, p. 10).

A educação é um direito de todos e a adaptação do sistema de ensino é necessária para atender as especificidades dos alunos, tendo em vista que é um direito essencial de cada indivíduo para o melhoramento da sua subjetividade, do eu-sujeito, este pertencente a uma sociedade plural, portanto, uma sociedade com uma diversidade de aprendizagem e característica, logo a educação deve ser inclusiva.

A Educação Inclusiva exige uma reforma no ensino para atender a todos os alunos, de acordo com suas características cognitiva, físicas e sociais (SANCHES, 2005). E nesse entendimento Mendes (2006) explica que somente o acesso não é suficiente e que é preciso colocar em prática as leis que traduzem o pensamento sobre a inclusão ou seja colocar em prática o conhecimento que fundamenta a inclusão escolar.

Portanto, é preciso aprender/querer a fazer inclusão e esse novo paradigma assinalou possibilidades de mudanças nos cursos de formação de professores, sobretudo a formação continuada, que é o próximo item de discussão.

2.3 FORMAÇÃO CONTINUADA: UMA PERSPECTIVA DO SER DOCENTE PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial é uma modalidade de ensino escolar que percorre por todos os níveis da educação, pois tem em seu princípio a inclusão educacional em acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Nº 9.394/96 e as Diretrizes

Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001 (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2009). Sendo assim, o professor deve ter uma formação que reconheça o ambiente inclusivo como parte do sistema de ensino brasileiro, bem como compreender as especificidades dos alunos sabendo estruturar os conhecimentos pedagógicos e adotando metodologias para o ensino satisfatório destes.

Nesse sentido, a Formação Continuada na perspectiva da Educação Inclusiva tem uma importância inegável para os docentes, pois possibilita que o professor seja capaz de adaptar-se às adversidades encontradas na sala de aula, permitindo que estruture a sua prática pedagógica contornando de forma rápida os impasses na ascensão de aprendizagem dos alunos com ou sem deficiência.

A Formação Continuada deve proporcionar para o docente o aperfeiçoamento dos seus saberes para que ele se torne/seja um profissional reflexivo-crítico, oportunizado a compreensão do papel da sociedade e da escola, pois, “tendo em vista uma sociedade cada vez mais centrada na produção e ampliação de conhecimentos, torna-se evidente a necessidade primeira de que os professores nela atuantes estejam atualizados e sintam-se competentes para o desempenho de suas funções” (COSTA, 2010, p. 94). Portanto, é preciso uma construção constante do ser docente.

A carreira docente estabelece a ponte entre o indivíduo, a cidadania e o conhecimento de mundo e a escola tem o papel de não deixar nenhum aluno de fora do processo de ensino-aprendizagem, seja por qualquer motivo. Pires (2006) explica que a escola, de certa forma, é executora das teorias de segregação, focando naqueles alunos que estão dentro dos padrões estabelecidos pelo conjunto da sociedade, os ditos “normais” e possui como objetivo formar alunos com vasta capacidade de produção para o mercado de trabalho, com reais possibilidades de retorno desse investimento educacional. Os alunos com deficiência demandam um pouco mais de atenção pedagógica, sem a garantia clara de seu ingresso no mundo do trabalho, para tal, não tem a devida orientação e a atenção necessária com seu ensino (BUENO, 2016).

Nesse entendimento, é necessário que a prática de ensino seja direcionada para o desenvolvimento da subjetividade do aluno; a escola por meio do professor deve ser capaz de envolver todos os alunos nas suas atividades pedagógicas,

portanto, ser faz importante a formação continuada para os docentes, tendo em vista que é por meio do professor que o aluno construirá o seu conhecimento de mundo.

A formação continuada na perspectiva da Educação Especial proporciona ao docente um olhar sobre outras formas de ensinar garantindo aos alunos com deficiência um ensino de qualidade e que atenda suas especificidades, para que esses indivíduos se sintam autônomos/seguros e alcancem êxito na aprendizagem.

O termo pessoa com deficiência é considerado a forma mais correta pela Lei Municipal de Rio Branco nº 2.319, de 29 de julho de 2019, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015. A Lei 13.146/2015 no Art. 2, descreve que as pessoas com deficiência são as que possuem “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

No Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), aprovada em 1996, foi instituída como a “Década da Educação” e traz a iniciativa de um processo de mudanças em todos os níveis de educação, que foi reorganizada em educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e ensino superior (PLETSCH, 2009). No Art. 62, é reafirmado o ensino superior como nível desejável para atuação do professor na educação, pois, faz-se necessário a profissionalização do docente para dar resposta adequada às situações diversas que envolvem a diversidade e singularidade do desenvolvimento humano (PLETSCH, 2009). Logo, a formação destes profissionais formadores deve compor a ampla compreensão da realidade de seu tempo, adotando uma postura crítica positiva que lhe permitirá contribuir na transformação do ambiente escolar e consequentemente na transformação da educação e da sociedade.

Nesse aspecto, a resolução Nº 2, de 1º, de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (BRASIL, 2015). Na proposta merece destaque o Art. 7º, referente ao egresso da formação inicial e continuada, esclarecendo que tais formações devem “possuir um repertório de informações e habilidades compostos pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado, cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética (p. 7)”, sendo assim, o docente deve

ter compreensão do papel social da escola, possuir domínio de conteúdo, gerir o próprio desenvolvimento profissional, ter compromisso com os valores éticos e políticos instigantes da sociedade democrática. Posto isso, a formação deve atender às necessidades e aos desafios da atualidade

A formação continuada na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é um “modelo” de formação, entretanto não garante que o docente vá receber destes cursos um “manual” para exercer a sua prática pedagógica.

Para os docentes, a formação continuada faz com que potencialize sua formação acadêmica, por meio da prática reflexiva, de modo que provoque mudanças no processo e na metodologia de ensinar para que assim ocorram transformações educacional e social condicionando um aprendizado de qualidade, eficiente e objetivo. Para tanto, a formação continuada precisa garantir aos docentes qualidade na estruturação desse processo passando por mudança desde sua institucionalização mediante a todas as transformações causadas pela globalização, economia, mercado, tecnologia, cultura, comunicação, etc. Fazendo com que o papel do professor seja de ação transformador para a sociedade, o que coloca a educação sobre a óptica das críticas sociais e educativas (IMBERNÒN, 2010). E, tais fatos são explicados por Oliveira (2007, p. 3):

Há necessidade, portanto, que os Cursos de Formação de Educadores reformulem seus Projetos Pedagógicos observando a demanda de formação que a proposta de educação inclusiva apresenta, pois deverão estar qualificados tanto ao atendimento especializado quanto à preparação do professor do ensino regular.

Dessa forma, os projetos pedagógicos devem garantir uma formação docente capacitada, a fim de atender às demandas da rede de ensino, viabilizando olhar sobre outra ótica da inclusão, centralizando-se o ensino no atendimento da necessidade específica de cada alunado. Por isso,

a formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um “lugar” na escola (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p. 21).

A citação acima referida, indica que o professor deve desempenhar o papel docente-reflexivo frente aos atuais conceitos de educação do mundo moderno, orientando e mediando o conhecimento do aluno de modo que aconteça uma equivalência de aprendizagem.

De acordo com Pletsch (2009), a capacitação do docente oportuniza uma visão geral sobre condição de aprendizagem do aluno, sendo provável que o professor adquira novos conhecimentos que podem impactar na mudança do ambiente escolar, da mesma maneira que pode proporcionar seu desenvolvimento e evolução profissional reconhecendo e valorizando a diversidade cultural, social e educacional como aspectos importantes no processo de ensino e aprendizagem.

A formação docente permite que o professor adquira saberes docentes reflexivos de modo a revisar a sua visão da prática inclusiva, pois há necessidade de o docente reagir adequadamente as diferentes situações que envolvem a diversidade e a singularidade do desenvolvimento humano.

A formação continuada em uma perspectiva da Educação Especial proporciona um ambiente mais favorável para o melhoramento do ensino/aprendizagem dos alunos com deficiência,

ou seja, a formação deve atender às necessidades e aos desafios da atualidade. Para tanto, sugerimos que o professor seja formado de maneira, a saber, mobilizar seus conhecimentos, articulando-os com suas competências mediante ação e reflexão teórico-prática (PLETSCH, 2009, p. 145).

Assim sendo, a formação continuada na perspectiva da Educação Especial é um instrumento que auxilia no aperfeiçoamento do conhecimento do professor potencializando a práxis do docente. É preciso que o docente na sua formação inicial seja preparado para entrar em contato com o público alvo da Educação Especial, mesmo não havendo uma ementa definida quanto ao currículo para a formação do profissional com o foco no ensino especial, para que, ao final do curso de magistério os acadêmicos tenham um conhecimento teórico sobre a Educação Inclusiva voltada para a Educação Especial, possuindo aportes teóricos e munidos de expectativas para fazer um bom trabalho que oportunize uma aprendizagem real, rompendo barreiras e adotando novas atitudes referente ao ensino dos alunos com deficiência (GÓES, 2007).

É importante na formação, a construção de uma identidade inclusiva docente, ou seja, o professor deve compreender o seu papel formador enquanto mediador de um ensino inclusivo para todos.

Para tanta, o docente deve compreender o papel inclusivo de sua profissão desde sua formação básica, permeada numa perspectiva de espaço/tempo, as quais é necessário saber lidar, na escola, com a diversidade e as diferenças; de um ambiente incorporada e envolto no “nós”, unido ao ato de ensinar. É necessário que o educador transforme-se em um docente inclusivo, conhecendo a necessidade e a especificidades de vida de cada aluno, considerando a sua subjetividade de modo que na interação com o outro e com uma didática centrada em uma aprendizagem de capacidades e competência, pode efetivar a construção de identidades inclusivas (PIRES, 2006).

O autor ainda esclarece que o professor precisa estar junto com seus alunos aprendendo a conviver, aprendendo a ser e aprendendo a aprender, sendo impossível que o professor-formador dissocie sua identidade profissional de sua identidade pessoal, já que ambas possuem conexão entre si, pois são essas relações entre os sujeitos que dão sentido e definem a relação pedagógica.

O processo formativo deve promover aquisições de conteúdos e de competências conduzindo o reconhecimento da importância da ação inclusiva, dando possibilidade de mudanças de concepções e de transformação dos professores para efetivar identidades docentes inclusivas, tomando como prioridade a formação dos docentes, se assim os mesmos desejar.

Iniciaremos o capítulo 3 abordando sobre a Metodologia utilizada para a consecução deste trabalho.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, objetivamos apresentar a metodologia utilizada para construção do nosso trabalho.

De fato, a carreira docente estabelece a ponte entre o indivíduo, a cidadania e o conhecimento de mundo, ou seja, uma conexão com a vida. Nesse entendimento, a formação continuada é mais uma garantia de que o professor de estar alinhado com os fatores das informações científicas constantes, das quais busca-se o melhoramento do conhecimento e da subjetividade profissional, e da identidade docente para melhor ensinar os alunos a serem reflexivos-críticos sobre o que acontece no mundo ao seu redor, para que assim, esses indivíduos se sintam seguros e alcancem êxito na aprendizagem.

Para tanto, o docente necessita de referências bibliográficas que estejam embasadas cientificamente, do mesmo modo a construção de um trabalho acadêmico faz-se por meio de fontes de conhecimentos científicos confiáveis.

Nessa direção, para que seja realizada uma pesquisa acadêmica de acordo com Marconi e Lakatos (2003), são necessários embasamento teórico, sistematização e a identificação dos recursos extra científicos para a prática investigada, já que a atividade científica é concreta, pois lida com fatos existentes possibilitando que sejam detectados erros e auxilie o pesquisador alcançar seus objetivos com maior segurança, com conhecimentos que sejam válidos e verdadeiros.

Nesse estudo faremos o uso da pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, quanto aos objetivos descritivos, de desenvolvimento, bibliográfico e documental.

A pesquisa qualitativa está direcionada para a análise dos acontecimentos de casos concretos, interpretações dos seus aspectos locais e temporais partindo das manifestações e atividades dos indivíduos em seus contextos locais, das práticas sociais considerando *curpos e locus* da pesquisa sem a interferência do pesquisador (LAKATOS; MARCONI, 2003). Dessa forma, percebemos que a nossa pesquisa é de abordagem qualitativa, porque visa identificar como o professor consegue lidar com as diversidades encontradas no ambiente escolar em correspondência com todo o contexto subjetivo dos alunos, sem que ocorra a intersetivação do pesquisador.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa aplicada está voltada para o contato direto com o objeto alvo da pesquisa, ou seja, tratar do assunto de forma concreta, ampla e possível de se visualizar a situação do conflito, sendo questionamentos prováveis de serem resolvidos na prática. Gil (2008, p. 27), explica ainda que:

a pesquisa aplicada, por sua vez, apresenta muitos pontos de contato com a pesquisa pura, pois depende de suas descobertas e se enriquece com o seu desenvolvimento; todavia, tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos.

Em correspondência com o autor, nossa pesquisa será de natureza aplicada porque sua finalidade busca tanto a aquisição do conhecimento em si, quanto as suas colaborações para as práticas resultantes desse conhecimento e a sua conclusão poderá ser usada pelos profissionais da docência, acadêmicos e demais interessados.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), toda pesquisa possui um objetivo que deve ser definida para que o pesquisador saiba o que procurar responder e/ou que deseja alcançar. E é a partir de “um objetivo limitado e claramente definido, sejam estudos formulativos, descritivos ou de verificação de hipóteses” (ANDEREGG, 1978, p. 62 *apud* LAKATOS; MARCONI, 2003).

Sendo assim o objetivo torna visível o problema, ampliando as informações sobre uma determinada temática. Quanto aos objetivos da pesquisa, são descritivos, pois buscamos discorrer sobre os documentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Rio Branco, sobre os professores que atuam na educação especial.

A pesquisa documental, de acordo com Gil (2008), se assemelha com a pesquisa bibliográfica, onde a principal diferença entre as duas metodologias de pesquisa é a natureza da fonte. A pesquisa bibliográfica utiliza principalmente colaborações de diversos autores sobre o assunto que se quer estudar. Desse modo, o nosso trabalho é uma pesquisa bibliográfica, baseada nos principais autores: Lima (2006); Mazzotta (2011); Mendes (2010); Sanches (2005); Freitas (2011); Carvalho (2004); Gões (2007); Matoan (2011); Pires (2006); Shiroma (2001), entre outros.

Já a pesquisa documental constitui-se de análise das fontes documentais, podendo ser

de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc (GIL, 2008, p.51).

Nesse sentido, este trabalho é uma pesquisa documental, uma vez que realizamos análise dos documentos fornecidos pela Secretária Municipal de Rio Branco, são eles: “Relatório de Gestão da Educação Especial de 2018”; “Programa: Formação em Educação Especial para a Comunidade Escolar”; “Conteúdos Programáticos das Formações de 2018”; “Relatório elaborado pelo Departamento da Educação Especial de 2019”.

A seguir, apresentamos a análise dos documentos acima citados.

4 ANALISANDO AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 9394/96 reconhece a importância dos princípios básicos para promover a inclusão. É preciso adaptar-se para poder promover a inclusão e desenvolver cognitivamente, culturalmente e socialmente as pessoas com deficiência, produzindo assim os valores sociais de igualdade.

A intervenção da atual legislação fomenta o cumprimento das políticas públicas educacionais.

A Educação Especial tem em seu alicerce o respeito às particularidades e às características de aprendizagem dos alunos com deficiência, baseando-se no princípio de uma escola para todos, exigindo que o sistema de ensino passe por reestruturações e quebras de paradigmas pedagógicos para que possa atender os alunos com um ensino satisfatório sua formação cidadã (BRIDI, 2002).

A formação continuada docente para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é mais um pilar nesse processo de inclusão dos alunos com deficiência. A Educação Inclusiva trata-se de um apoio que garante qualidade no ensino para que os alunos se sintam seguros e alcancem na aprendizagem êxito, sendo necessário que o docente utilize diferentes recursos de diferentes níveis instrumentais e atitudinais que contemplem todos.

Mediante o exposto, buscamos averiguar as políticas adotadas para a formação continuada dos docentes na área da Educação Especial no município de Rio Branco-Acre, por meio da Secretaria Municipal de Rio Branco, que disponibilizou para análise os documentos: “Conteúdos Programáticos das formações de 2018”; “Programa: Formação em Educação Especial para a Comunidade Escolar de 2017”; “Relatório de Gestão de 2018 - Educação Especial e o “Relatório elaborado pelo Departamento da Educação Especial de 2019”.

A Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco/Acre apresenta as justificativas de implementação de políticas públicas educacionais voltadas à inclusão dos alunos com deficiência por meio dos Programas: Formação em Educação Especial para a Comunidade Escolar, bem como o objetivo geral, os objetivos específicos, as metodologias, as avaliações e as considerações finais. No Relatório de Gestão sobre a Educação Especial (2018), o foco é centrado em

efetivar a inclusão por meio das políticas públicas de todas as crianças com deficiência. A Secretaria Municipal de Rio Branco vem oferecendo formação continuada para os profissionais da Educação Especial e seu entorno. Criando um constante processo de aprimoramento do ensino e informações que agregam saberes capazes de impactarem positivamente na educação e na troca de conhecimentos no âmbito escolar (SOUZA, 2018).

De acordo com o programa: “Formação em Educação Especial para a Comunidade Escolar” da Secretaria Municipal (2017), o professor deve passar pelo “processo de atualização” de seus conhecimentos por meio de estudos, pesquisas e reflexões críticas para que possa adquirir novas concepções políticas e pedagógicas.

A formação continuada proporciona um ambiente mais favorável para o melhoramento do ensino/aprendizagem dos alunos,

ou seja, a formação deve atender às necessidades e aos desafios da atualidade. Para tanto, sugerimos que o professor seja formado de maneira, a saber, mobilizar seus conhecimentos, articulando-os com suas competências mediante ação e reflexão teórico-prática (PLETSCH, 2009, p. 145).

Assim sendo, a formação continuada em uma perspectiva inclusiva auxilia no aperfeiçoamento do conhecimento docente melhorando sua visão democrática e efetivando uma ação inclusiva dos alunos com ou sem deficiência.

Nessa perspectiva, é indispensável que o professor busque aperfeiçoamento, capacitação e formação continuada, possibilitando uma reflexão crítica da sua profissão, corroborando para o acontecimento da mediação do ensino e aprendizagem.

Em seus objetivos específicos o programa municipal intitulado “Formação em Educação Especial para a Comunidade Escolar”, elenca:

Proporcionar adequada compreensão do TEA e suas repercussões na relação ensino/aprendizagem dos profissionais da escola e seu entorno; Discorrer sobre o papel do professor da sala comum junto ao professor mediador no processo de ensino/aprendizagem dos alunos com TEA, TDAH e Deficiência Intelectual; Apresentar a importância das adequações curriculares como sendo um recurso indispensável na relação ensino/aprendizagem; Oferecer aos profissionais da escola e seu entorno noções básicas de comportamento e de como lidar com comportamentos ‘problema’, compreensão e manejo, no contexto escolar (ACRE, 2017).

Nesse sentido, a formação busca solucionar os desafios da inclusão na prática educacional, promover a aprendizagem mais justa aos alunos público alvo da educação especial, para além, de proporcionar ao professor ganho teórico, possibilitando-o de exercer outras formas de ensinar, enriquecendo seus conhecimentos. Investir no processo de aprendizagem cabe ao professor por meio da ação, causar uma reflexão na prática educacional para que os problemas relacionados ao processo de inclusão sejam resolvidos por meio das intervenções educativas forçando uma transformação escolar (PLETSCH, 2009)

A formação continuada para Educação Especial no ano de 2017, debruçou-se sobre a seguinte dinâmica:

a Coordenação de Educação Especial oferecerá a formação para as Escolas Municipais de uma região; a) A Coordenação de Educação Especial oferecerá a formação para as Escolas Municipais de uma região; b) A Escola pólo realizará toda a logística da formação: fará o contato com as demais escolas da regional e responsabilizar-se-á, também, pelo acolhimento das demais. c) A formação será única, na modalidade presencial e com carga horária de 4 horas – das 18:00 às 22:00 horas. Utilizar-se-á o auxílio de recursos audiovisuais; sugestões de leituras complementares, e disponibilização do conteúdo para estudo de toda comunidade escolar e seu entorno. [...] As avaliações serão a partir das participações e do preenchimento de ficha destinada a avaliação da formação com espaço para sugestão de novos temas para futuras formações (ACRE, 2017, p. 3).

A organização dos cursos utilizada na mencionada Formação é importante na criação de estratégias de ensino e a formação continuada dos professores, pois contribui na construção e reconstrução da atuação docente.

Nos conteúdos programáticos para as formações em 2018, a Secretaria Municipal faz o detalhamento de quais temas seriam estudados por meio de módulos pelos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), professor mediador, cuidador pessoal, professor bilíngue e professor de Libras. Sendo os seguintes conteúdos estudados pelos professores nos cursos de formação:

Professor do AEE, no Módulo I; estudou todos os princípios legais, éticos e sua atuação profissional no processo de inclusão escolar, bem com suas atribuições para com o ensino/aprendizagem no espaço inclusivo. Módulo II; o professor estudou sobre as Altas Habilidades/Superdotação; Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade; assistir ao filme *“Estrelas na Terra – Toda criança é Especial. O*

filme retrata a vida do garoto Ishaan Awasthi de 9 anos que sofre de dislexia e mostra a importância de o professor transformar e adaptar as suas metodologias de ensino, de acordo com as especificidades de cada aluno, de tal forma, que os estimule a desenvolver sua aprendizagem, tornando ambiente escolar mais agradável para a produção de saberes dos alunos com deficiência.

Observa-se que os conteúdos tratam da atuação e das atribuições dos professores que trabalham no Atendimento Educacional Especializado, a formação para os professores do AEE visa exercitar outras formas de ensinar estimulando o docente a criar estratégias pedagógicas e elementos necessários para um ambiente que possibilite o aluno ter acesso aos recursos didáticos que o auxiliam no desenvolvimento do seu intelecto e autonomia. E tais políticas de ensino garantem uma aprendizagem pautada no respeito à diversidade do público alvo da educação especial de modo a atender às necessidades específicas de cada aluno. E nesse sentido, Bridi (2012, p. 5) discorre sobre o atendimento educacional especializado – AEE:

O Atendimento Educacional Especializado tem-se constituído como serviço predominante na área da educação especial. Ao compor uma política educacional de inclusão escolar, é possível observar sua expansão, impulsionada pelo Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais. Por meio dele, estão sendo implantadas nas redes municipais de ensino, salas providas de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos, didáticos e de acessibilidade; espaços habilitados a oferecer os elementos necessários ao desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado.

Então, é necessário que o profissional que trabalha no AEE tenha uma formação adequada garantindo um ensino que possibilite o desenvolvimento educacional dos alunos, por meio dos materiais pedagógicos e recursos didáticos utilizados nos atendimentos.

O Professor Mediador, no Módulo I; foi discutido a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva; Legislação; Dicas para uma construção de uma postura ética na escola; orientações para receber os alunos. Módulo II; Concepção de criança e de Infância; Conceito, características, classificações e diagnósticos; Manejo e comportamento; Reforçadores positivos e negativos; Rotina Visual; Transição de atividade e mudança de foco; Ensino Estruturado. Módulo III; o professor vai refletir sobre sua atuação, bem como características importante para aprendizagem, com foco nas características das

crianças com síndrome Down e todo seu revolvimento educacional relacionando a esse público. Módulo IV; Transtorno do déficit de atenção/hiperatividade-TDA/H; Causa, sintomas, classificação e tratamento; Introdução histórica do TDA/H; Nível de Neurotransmissores; Estratégias para o professor do AEE orientar o professor regente (sala comum).

Ressaltamos que esse profissional será mais um elo na mediação da construção do conhecimento pedagógico que atenda à especificidade de aprendizagem dos alunos de forma que o professor consiga também atender as necessidades educativas do educando para que a sua atuação, seja voltada para aprendizagem dos alunos, fazendo com que eles sejam capazes de pensar, causando-lhes reflexões sobre o mundo que os cerca.

A formação de Cuidador Pessoal, no Módulo I, tratou do acolhimento das crianças/alunos público alvo da Educação Especial; Atribuições do cuidador. Módulo II, Deficiência Física: conceituação, principais características e comprometimento. Módulo III, Noções de primeiros socorros/técnicas adequadas; Transtorno do Espectro Autista (TEA). Módulo IV, Debate e questionamento sobre o filme: Como estrelas na terra, toda criança é especial; quais os tipos de profissional e qual seu papel como cuidador; Depoimento de um Cuidador que atua na educação infantil com um aluno autista.

É fundamental que o aluno se sinta acolhido para que ocorra um desenvolvimento satisfatório de sua aprendizagem (FREITAS, 2011). Nesse sentido, o cuidador pessoal é uma figura importante para eliminar barreiras, auxiliando nas atividades diárias das quais o aluno não tem condições de fazer sozinho.

Professor Bilíngue, Módulo I; estudou sobre as Leis de Libras e atribuições do professor Bilíngue; palestras, oficina e seminário; importância de propostas bilíngue para o ensino de português e o ensino de libras para os alunos, bem como questões culturais da comunidade surdas; desafios e perspectivas da educação bilíngue.

Portanto, o Professor Bilíngue precisa ter domínio da língua, tanto do Português, como da Libras. De acordo com Campello e Rezende (2014) desse modo, os estudantes surdos conseguem aprender as duas línguas de forma significativa, pois o professor tem domínio das duas línguas ensinadas, da qual ele faz intermediação da linguística do português para linguística da Libras. Vale

ressaltar que dentre as atribuições do professor bilíngue, não assumir regências de sala de aula, compõe suas funções.

Ao Professor de Libras, no Módulo I, foi ofertada toda a dinâmica que envolve a disciplinas de Libras tais como; planejamento das oficinas Libras e confecção de materiais; palestras; ensino da Libras para escola na cidade; III Seminário da Assembleia Legislativa de Inclusão da Pessoa com Deficiência em sua Trajetória de Vida; Metodologias de ensino de L1 e L2 para os alunos surdos, bem como questão de cunho cultural dos surdos; Assessoria Técnica do INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos; Palestra & Oficina: Educação Bilíngue e Surdos com outras deficiências; Confecção de materiais pedagógicos em Libras e socialização das experiências nas oficinas de Libras em 2018.

Vemos a necessidade de reconhecer a Libras como uma língua para que o sujeito surdo possa ter autonomia e compreensão de seus direitos educacionais, políticos e sociais. Desse modo, o Professor de Libras precisa ter conhecimentos sobre a cultura surda e conseqüentemente uma formação adequada que lhe proporcione proficiência da língua devendo promover o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social do sujeito surdo por meio da Libras permitindo assim, que o indivíduo surdo seja um ser autônomo de atitudes e pensamentos reflexivos (KUMADA, 2016).

Todos os módulos citados na formação continuada dos profissionais que atuam na área da educação especial, têm como objetivo possibilitar o docente aprender a fazer a inclusão educacional e social do público alvo da educação especial. Lima (2006, p. 6-7) garante que “A escola e toda equipe escolar deve se preparar e se modificar para aceitação das crianças com necessidades especiais” e que a inclusão implica no compromisso com o processo educacional por parte de todos os envolvidos. ”

O “Relatório de Gestão da Educação Especial” elaborado pelo coordenador da Educação Especial, Joaquim Oliveira Souza, discorre sobre as ações e políticas de desenvolvimento para Educação Especial do ano de 2018, como: formação de professores e programas focadas para a disseminação da Educação Especial para toda comunidade escolar, Souza (2018) afirma que a Educação Especial possui níveis e etapas próprias que oferecem recursos que possibilitam a acessibilidade e a criação estratégias no ambiente escolar.

Ainda de acordo com Souza (2018, p. 1), para que a educação inclusiva no município de Rio Branco ocorra de modo eficaz é preciso uma rede de parceiros, entre eles: “secretário municipal de educação, diretores de departamentos, coordenadores de equipes, gestores, coordenadores pedagógicos, professores da sala comum, professores do AEE, professores mediadores, cuidadores pessoais e toda a comunidade escolar”. Souza (2018) afirma que é indispensável a reformulação dos projetos de educação inclusiva com o foco nas ações necessárias para o desenvolvimento cognitivo, físico e emocional dos estudantes da Educação Especial, por meio de um esforço conjunto dos colaboradores. Tais fatos são explicados por Oliveira (2007, p.3):

Há necessidade, portanto, que os Cursos de Formação de Educadores reformulem seus Projetos Pedagógicos observando a demanda de formação que a proposta de educação inclusiva apresenta, pois deverão estar qualificados tanto ao atendimento especializado quanto à preparação do professor do ensino regular.

Dessa forma, os projetos pedagógicos devem garantir uma formação docente capacitada a fim de atender às demandas da rede de ensino, viabilizando olhar sobre outra ótica da inclusão, centralizando-se o ensino no atendimento da necessidade específica de cada alunado.

Ao longo do ano de 2018, de acordo com o “Relatório de Gestão da Educação Especial” foram realizados vários projetos no município de Rio Branco a fim de atender as demandas existentes na Educação Especial; o Programa de Atendimento Pedagógico Domiciliar – APD; garante ao aluno que está matriculado na educação básica acompanhamento-pedagógico e que por algum motivo de doença não consegue manter-se presente na sala de aula.

O APD tem objetivo de contemplar pedagogicamente as pessoas com deficiência que não podem se locomover por algum motivo de casa para escola. Para realizar o atendimento desses alunos, o professor desloca-se até a casa do alunado onde ocorre o atendimento pedagógico voltado para atender a especificidade daquele aluno, de modo que, contemple toda a sua subjetividade promovendo a sua compreensão de mundo, lhe garantindo o seu direito fundamental, o acesso à educação com metodologias e didáticas pedagógicas adaptadas para o seu desenvolvimento de acordo com sua particularidade.

No “Relatório da Gestão da Educação Especial”, Souza (2018) faz um detalhamento a respeito da Logística de lotação de profissionais da Educação Especial e avaliação dos alunos feitas pela Secretaria Municipal de Rio Branco. Constando que a

matrícula de alunos público alvo da Educação Especial aumenta consideravelmente nas escolas municipais ao longo dos anos, isso significa que cresce a demanda para novas avaliações dos alunos por parte da equipe da Educação Especial, conseqüentemente, a contratação de novos profissionais. Dessa forma, a equipe, em 2018, empenhou-se a fim de suprir todas as demandas para isso foi organizado desde o começo do ano estratégias que dinamizassem o processo de lotação e remoção em parceria com o setor de lotação. Desde o mês de fevereiro foi montada uma planilha com base nos dados de 2017, pois já havia um controle das crianças que necessitavam de um acompanhamento personalizado por profissionais, isso facilitou a lotação dos novos servidores do processo seletivo, tal estratégia foi capaz de organizar, de maneira mais eficaz, para onde cada profissional da educação especial iria ser lotado. Essa tática facilitou o trabalho de todos, inclusive do setor de Lotação/Seme (ACRE, 2018, p. 3).

A relação de apoio entre os setores da SEME facilita a organização dos trabalhos e promove o melhoramento da logística de lotação e conseqüentemente resulta em um bom trabalho.

Outro item apontado por Souza (2018), é a Formação Continuada: presencial e em acompanhamento; que aconteceu durante o ano de 2018.

Abaixo exporemos os cursos realizados e a quantidade de profissionais que participaram das formações continuadas, bem como a carga horaria dos cursos de formação.

QUADRO DOS PARTICIPANTES DA FORMAÇÃO CONTINUADA

	CURSOS OFERTADOS	CARGA HORÁRIA ANUAL	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
1	Equipe da Educação Especial	50h	21
2	Professores do AEE	50h	31
3	Professores Mediadores	40h	263
4	Professores de Libras	40h	07
5	Professores Bilíngues	40h	07
6	Cuidadores Pessoais	40h	160
Total			489

Fonte: Coordenação de Educação Especial/SEME

Os Programas executados pela Coordenação de Educação Especial e que se subdividem em Programa: Formação em Educação Especial para a Comunidade Escolar e Programa: Atendimento Pedagógico Domiciliar – APD; para Souza (2018), os programas de Formação Continuada tem como objetivo qualificar todos os envolvidos na educação especial, criou-se estratégias de grupos de estudos e realizações de palestras de acordo a disponibilidade de horário da escola contemplando todos profissionais da educação especial, coordenadores pedagógicos, gestores, pais, professores de sala comum, assistentes de creches e demais funcionários das unidades educacionais no total de 280 participantes.

Abaixo tabela dos participantes da formação da Educação Especial para a comunidade.

QUADRO DE PARTICIPANTES DO PROGRAMA: FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA A COMUNIDADE ESCOLAR

	PARTICIPANTES	TOTAL PARCIAL
--	----------------------	----------------------

1	Gestores	15
2	Coordenadores pedagógicos	12
3	Coordenadores Administrativos	2
4	Professores da sala comum	85
5	Professor Mediador	14
6	Cuidador Pessoal	9
7	Professor do AEE	4
8	Assistente de Creche	33
9	Servente	3
0	Auxiliar Escolar	19
1	Merendeira	10
2	Inspetor	1
3	Apoio	22
4	Assessor Pedagógico	12
5	Família/Convidados	39
Total		280

Fonte: Coordenação de Educação Especial/SEME

No que tanger o campo da educação especial, é crucial que o sistema de ensino assegure currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender as necessidades dos alunos com deficiência. Por meio da Resolução nº 02, de 11/09/2001; o Conselho Nacional de Educação, define o público da Atendimento Pedagógico Domiciliar - APD, como aquele que apresenta limitações para acompanhar as atividades curriculares na escola por condições de saúde.

No item sobre o Centro de Formação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez– CAS/Rio Branco, foram realizados Cursos de Libras em Contexto Básico e Intermediário e o Projeto: Escola Acessível Caminhos para o Bilinguismo; os cursos de Libras em contexto foram iniciados e finalizados com 5 turmas, no primeiro semestre foram realizados cursos de nível básico com 2 turmas e no segundo semestre foram realizados cursos de nível intermediário com 2 turmas e de nível básico com 1 turma. Foi ressaltado que os cursistas de Libras em sua maioria são funcionários do Município de Rio Branco, sendo ao todo 141 concludentes (SOUZA, 2018).

Abaixo tabela contendo informações sobre os cursos de Libras realizados.

CURSO DE LIBRAS EM CONTEXTO

	Curso	Período	Turno	Local	Alunos Concludentes	Carga Horária
1	Básico	19 de março a 21 de junho	Tarde	Auditório da SEME	28	120h
2	Básico	19 de março a 21 de junho	Noite	Auditório da SEME	41	120h
3	Básico	13 de agosto a 14 de novembro	Noite	Centro de Referência do Servidor Municipal	28	120h
4	Intermediário	13 de agosto a 14 de novembro	Tarde	Centro de Referência do Servidor Municipal	16	120h
5	Intermediário	13 de agosto a 14 de novembro	Noite	Centro de Referência do Servidor Municipal	28	120h

Fonte: Coordenação de Educação Especial/SEME

No Decretos 186/2008 e 6949/2009, os Estados devem tomar medidas necessárias a fim de garantir e assegurar o acesso à educação das pessoas com deficiência em igualdade de oportunidades com vista na autonomia plena do indivíduo em todos os aspectos da vida. Por meio das Lei Federal nº10.436 de 2002,

Lei no 10.098/2000 e do Decreto 5.626 de 2005, que possuem em suas linhas o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais - Libras como língua oficial da comunidade surda do Brasil, com base nesse direito o projeto Escola Acessível Caminhos para o Bilinguismo, visa a universalização da Libras nas escolas estas frequentadas por surdos ou não, com a participação de todos os alunos e funcionários das unidades escolares atendidas.

Com relação os dados do “Relatório de Gestão da Educação Especial de 2018”, o público alvo da educação especial está dividido em zona rural e urbana; educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos de nível fundamental. Ao todo foram atendidos 827 alunos público alvo ao longo do ano. Com isso, a escola deve fomentar o conhecimento

da educação inclusiva, das demandas emanadas da legislação vigente, o sistema educacional deve oferecer oportunidades para o desenvolvimento, para a formação individual, com oportunidades para todos, com práticas educativas que respeitem as necessidades dos alunos e as potencialidades de aprendizagem. Juntamente com a aprendizagem, estar incluído significa para cada aluno, melhora na qualidade de vida e, a partir daí uma perspectiva de igualdade social. Desta forma é indispensável que o professor possua conhecimentos que lhe permitam ensinar, em uma mesma classe, alunos com diferentes perfis de aprendizagem (FREITAS; 2010, p. 43).

Assim, o aluno pode aprimorar a identidade subjetiva angariando no melhoramento de sua relação com o mundo dentro de uma perspectiva pautada na igualdade, onde o mesmo possa estar envolvido plenamente no desenvolvimento social e econômico.

No que diz respeito aos Depoimentos de profissionais da Educação Especial, Souza (2018) traz o relato de quatro profissionais que expressam sua satisfação em proporcionar um ambiente mais inclusivo, contribuindo para o melhoramento da vida dos alunos público alvo da educação especial, e que de fato a formação continuada oferecida e procurado pelos docentes, vem possibilitando a aquisição de novos conhecimentos. Os relatos dos profissionais destacam uma importância do papel desse profissional no ensino.

Com isso, durante a formação continuada destaca-se o interesse individual de cada docente na busca da produção de conhecimentos que permitam desenvolver o entendimento teórico-prático de situações complexas do ensino de

modo que sua atuação reflita no processo ensinar-aprender, pautado na compreensão e na relação da diversidade dos alunados.

Souza (2018) relata no “Relatório de Gestão sobre a Educação Especial”, no item referente sobre os avanços da Educação Especial do Município de Rio Branco que foram vários os reconhecimentos sobre as boas práticas de atuação do Município em relação a educação inclusiva:

Em 2014, o Secretário Municipal de Educação Márcio Batista, recebeu uma carta ofício da UNESCO, afirmando que a partir da pesquisa feita sobre Boas Práticas da Educação Inclusiva, foi constatado que o município de Rio Branco estava entre os 10 municípios do Brasil como referência Nacional em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, sendo assim, escolhido para pesquisa, tendo em vista a experiência acumulada no campo da Educação Inclusiva e os esforços empreendidos visando à garantia de oferta educacional de qualidade para todos (SOUZA, 2018, p. 12)

Ora, o reconhecimento acima citado é parte importante de um ofício, pois demonstra que está sendo desenvolvido um trabalho, ainda mais quando se trata de inclusão na perspectiva da Educação Especial, fazendo com que as pessoas com deficiência se sintam pertencentes da sociedade em que vivem a partir do seu desenvolvimento cognitivo por meio da educação.

Em 2018, Souza, participou como palestrante no XIII seminário de educação especial do Programa de Educação Especial – PEE em Cascavel no Paraná, relatando diversas experiências e reflexões sobre as dificuldades na área da Educação Especial, com foco na educação de surdos, com o objetivo maior de analisar e debater a respeito das práticas pedagógicas do Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior e na Educação Básica.

Já em 2019, Souza faz um detalhamento sobre o “Departamento da Educação Especial 2019”, relando as ações do Departamento da Educação Especial.

Foram realizados pelo Departamento da Educação Especial; cursos básico e intermediário de Libras, acompanhamento do AEE em Libras, produção e organização de material didático e pedagógico, além de, elaboração e organização de apostilas e vídeos para o curso básico e intermediário de Libras em contexto. Também foi ofertado curso de formação continuada para: Professor do AEE, Professor Mediador, Professor Bilíngue, Professor de Libras, Cuidador Pessoal e Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa.

A oferta destes cursos, proporciona ao docente construir alicerces na hora de ensinar os alunos com deficiência, desenvolvendo e mobilizando seus conhecimentos, através articulação de sua prática inclusiva, e se de fato está contemplando as limitações e/ou capacidades daquele aluno (BUENO, 1999).

Bem como, o Programa Formação em Educação Especial para a Comunidade Escolar, foi realizado com o objetivo de conceder qualificação para todos envolvidos com o ensino do público alvo da educação especial.

Com esse exposto, a nossa próxima sessão tratara das considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada deve ser considerada mais uma força motivadora na realização de ações contínuas da prática inclusiva dos alunos com e sem deficiência no ambiente escolar, possibilitando ao educando a transformação das suas condições cognitivas, proporcionando-o autonomia. O professor deve possibilitar e facilitar a prática da inclusão de aprendizagem por meio de sua capacidade docente, objetivando a prática reflexiva do saber de modo que se habitue às problemáticas da sala de aula, solucionando-as de forma adequada.

É necessário um olhar mais amplo/sensível sobre a possibilidade de aprendizagem dos alunos com deficiência, respeitando suas particularidades. Sendo assim, o docente precisa conhecer as especificidades desse público, para direcionar um ensino correto que seja condizente com as condições de aprendizagem de cada aluno.

A inclusão deve constituir-se em um espaço possível para o desenvolvimento e criação de estratégias para o seu acontecimento; uma ação coletiva de toda comunidade escolar; uma rede de apoio para as mudanças necessárias da atual conjuntura, objetivando a concretização daquilo que se almeja enquanto prática inclusiva, criando assim possibilidades frequentes de transformar a realidade do sistema de ensino.

Assim sendo, para a conclusão deste trabalho fazemos uma retomada dos nossos objetivos.

Atingimos nosso objetivo geral de analisar as políticas, os programas e as ações de formação continuada docente na perspectiva inclusiva implementadas pela Secretaria Municipal de Educação. Para tanto, a disponibilização dos documentos fornecidos pelo coordenador municipal da Educação Especial, atingimos o primeiro objetivo específico, ou seja, identificar os cursos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco/Acre, sendo eles: Relatório de Gestão da Educação Especial de 2018; Programa: Formação em Educação Especial para a Comunidade Escolar; Conteúdos Programáticos das Formações de 2018; relatório elaborado pelo Departamento da Educação Especial de 2019.

Para conseguir os documentos analisados nos deslocamos até a SEME, entramos em contato com Souza, que prontamente disponibilizou todo material necessário para o desenvolvimento da pesquisa.

Na proposição da análise dos dados, atingimos o segundo objetivo específico ao analisar os pressupostos teórico-metodológicos, a organização, a finalidade e os objetivos dessas formações docentes de acordo com a nomenclatura, em que apresentamos as principais ações da Secretaria Municipal de Educação advindas da mencionada formação.

Em nosso entendimento, ficou claro que as responsabilidades sobre a efetivação dessas políticas pautadas na legislação estão sendo possibilitadas pela Secretaria Municipal de Educação para que ocorra uma formação adequada dos professores que resultará na prática inclusiva de ensino-aprendizagem dos alunos com ou sem deficiência.

Acreditamos que a oferta desses cursos de formação continuada, bem como sua organização e objetivos estão em consonância com as políticas públicas que envolvem essa formação, significando que oportunizam e oferecem condições de ganhos teórico-prático para a construção da identidade docente, mediando aquisição de conhecimento subjetivo profissional, pois o conhecimento acontece direta e indiretamente nas relações sociais entre os indivíduos (neste caso, um conhecimento de um grupo específico). Tal relação é capaz de proporcionar contribuições significativas para os docentes que participam da Formação Continuada.

A formação continuada na perspectiva da Educação Especial, deve proporcionar ao professor a ampliação de suas concepções sobre a Educação Inclusiva voltada para o atendimento das pessoas com deficiência, oferecendo condições pedagógicas para o aluno se desenvolver, sendo capaz de ser um ser reflexivo-crítico do mundo que o cerca.

O docente precisa compreender o público-alvo da Educação Especial, ofertando meios e condições de aprender, pensar e se relacionar com o meio que transpassa o seu cotidiano. É preciso que o docente transforme o seu conhecimento subjetivo em aprendizagem escolar.

Muito embora entendemos que muito tem se discutido sobre a formação continuada adequada para atender os anseios do sistema de ensino inclusivo, mas

os caminhos para efetivar essa prática são permeados de entraves que tornam essa jornada lenta e dificultosa, pois a inclusão envolve um contexto amplo da educação, uma rede abastada de colaboradores e de apoio para os docentes desenvolverem as práticas pedagógicas que beneficiem todos os alunos.

Nesse contexto, ao analisar os referenciais teóricos, notamos que ainda não conseguimos praticar efetivamente o ensino inclusivo proposto na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e das demais políticas voltadas para esse fim, pois as ações práticas nunca saíram efetivamente do papel, tal qual necessário, tendo como dado a falta de investimentos nesse setor, como a formação de pessoal, professores e demais profissionais envolvidos na área de Educação Especial e consequentemente da Educação Inclusiva, provocando o aumento de alunos nas salas de aula sem atendimento adequado para atender as suas especificidades.

A Educação Inclusiva ainda está se desenvolvendo a passos lentos apesar de todos os esforços que giram em torno da sua efetivação. Uma delas é a interpretação equivocada de que se tem sobre a inclusão relacionando-a apenas as pessoas com deficiência e que gera um grande número de resistência por parte de muitos docentes.

A Formação Docente continuada permite que o professor sobrevoe todo o prisma da Educação Inclusiva que perpassa pela modalidade da Educação Especial permitindo que o mesmo adquira saberes docentes de forma eficiente, de modo a revisar a sua visão da prática inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, E. R; MACHADO, L. B. “Sem amor não se consegue desenvolver um bom trabalho”: análise das representações sociais de professoras sobre inclusão escolar. **Revista “Educação Especial”** v. 22. Santa Maria, 2009. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 5 out. 2019.
- BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**. Piracicaba, 1999.
- BUENO, J. G. S. **Educação Especial Brasileira: questões conceituais e de atualidade**. São Paulo: Educ, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2007.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, nº 9394. Brasil, 1996.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.
- BRASIL. **Proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica em Níveis Superior**. Brasília: MEC, 2015.
- BRASIL. **Conversão sobre os Direito das Pessoas com Deficiência; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.
- BRASIL. **Documento Subsidiário à Política de Inclusão**. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, 2005.
- BRIDI, F. R. **A Formação Continuada em Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado**. XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, Campinas, 2002.
- CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. **Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo**. Curitiba: Editora UFPR, 2014.
- CARVALHO, R. E. Concepções, princípios e diretrizes de um sistema educacional inclusivo. In: **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre, 2004.

CASTRO, C. A. A.; NASCIMENTO, L. **TDH – Inclusão nas Escolas**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda., 2009.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

COSTA, A. L. O. **Educação Inclusiva: uma reflexão sobre representação social e formação docente**. São Paulo: Sucesso, 2010.

FEIRE, E. M. P. A.; PRADO, M. E. B. B. **A Formação em Serviços Visando a Reconstrução da Prática Educacional**. São Paulo: Cortez, 2001.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, N. K. **Educação inclusiva e cidadania: aproximações e contradições**. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, 2011. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 10 out. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Método da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GERHARD, T. E; et al. Estrutura do Projeto de Pesquisa. In: GERHARD, T. E; SILVEIRA, D. T. (Coords.). **Planejamento e gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLAT, R. **Educação Inclusiva para Alunos com Necessidades Especiais: processos educacionais e diversidade**. 2011. Disponível em: <http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/Glat.Eduinclusiva.2011>. Acesso em: 12 nov. 2019.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 13, núm. 37. Rio de Janeiro, 2008. p. 57-70. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Rio de Janeiro, Brasil.

GÓES, M. C. R. Desafios da inclusão de alunos: a escolarização do aprendiz e sua constituição como pessoa. In: GÓES; LAPLANE, (Orgs). **Políticas e Práticas da Educação Inclusiva**. Campinas, 2007. p.5-18.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de Professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KUMADA, K. M. O. **Libras-Língua Brasileira de Sinais**. S.A. Londrina, 2016.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. (In) **Educar em Revista**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

LAPLANE, A. L. F. Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar. In: GÒES; LAPLANE. (Orgs). **Políticas e Práticas da Educação Inclusiva**. Campinas, 2007. p.69-89.

LIMA, A. P. **Definindo Educação Inclusiva e Educação Especial**. Educação Inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercamp, 2006.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão escolar**: caminhos, descaminhos, desafios e perspectivas. O desafio das diferenças na escola. Petrópolis: Vozes, 2011.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, M. T. **Inclusão Escolar**: o que é, por que, como fazer. São Paulo: Summus, 2015.

MENDES, E. G. Breve Histórico da Educação Especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, Medellín, 2010.

MENDES, E. G. A Radicalização do Debate sobre Inclusão Escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**: v. 11 n. 33, Rio Janeiro, 2006.

MIZUKAMI, M. G. N. **Escola e aprendizagem da docência**: processos de investigação e formação. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

OLIVEIRA, I. A. **Política de Educação Inclusiva e Formação de Professores no Município de Ananindeua-Pará**. OLIVEIRA, I. A.; SANTOS, T. R. L. S. (Org.). Belém: CCSE-UEPA, 2007.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, Paris 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>; <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/documentos/>. Acesso em: 2 de set. 2019.

PLETSCH, M. D. A Formação de Professoras para a Educação Inclusiva: Legislação, Diretrizes Políticas e Resultados de Pesquisa. **Educar em Revista**, núm. 33, Curitiba, 2009.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental**: da superstição à ciência. São Paulo: Queroz, 1984.

PIRES, J. Por uma Ética da Inclusão. In: MARTINS; PIRES; MELO. **Inclusão**: Compartilhando saberes. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PIRES, E. C. S.; SANCHES, A. A.; TORRES, W. R. **Dificuldades dos portadores de necessidades especiais na inclusão educacional**. Unitins, 2011. Disponível em:

<http://ava2.unitins.br/ava/files/projetoconteudo/cccf876821308039570f71ae697d083.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

PIMENTA, S.; ANASTASIOU, L. **Docência na Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, S. G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese de um conceito**. 6 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

PAULON, S. M; FREITAS, L. B. L; PINHO, G. S. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. **LEI N° 2.319**. Rio Branco, 2019.

ROCHA A. B. O. O Papel do Professor na Educação Inclusiva. **Revista Ensaios Pedagógicos**. São Paulo, 2017.

RAMALHO, Betania Leite; NUÑEZ, Isauro Beltran; GAUTHIER, Clermont. **Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SOUZA, J. O. **Relatório de Gestão Da Educação Especial**. Rio Branco: SEME, 2018.

SHIROMA, E. O. **A Outra Face da Inclusão**. Rio de Janeiro: Editora Teias, 2001.

SANCHES, P. A. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: **Revista da Educação Especial**, Brasília, 2005.

SILVA, N. R. G. **Democracia e Educação na Constituição Federal, na LDB e no PNE: a participação da comunidade na Escola**. Educ. Anál, v.2. Londrina, 2016.

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: Ibpex, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

UNESCO. **Conferência Mundial Sobre Educação para Todos**. Tailândia, 1990.

ZIMMERMANN, E. C. **Inclusão Escolar**, 2008. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/inclusao-escolar/5190/>>. Acesso em 30 set. 2019.